



MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
Conselho Nacional de Previdência Social

ATA

313ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - CNPS -

Brasília/DF, 27 de maio de 2025

ATA DA 313ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CNPS

DATA: 27 de maio de 2025

LOCAL: MPS, Bloco F, 9º andar

PRESENCAS

Representantes do Governo MPS – Wolney Queiroz Maciel SRGPS/MPS – Adroaldo da Cunha Portal SRGPS/MPS – Alessandro Pereira Lordêllo INSS – Gilberto Waller Junior CONJUR/MPS - Felipe Cavalcante e Silva MPS – Ana Cristina Viana Silveira SRGPS/MPS – Lucyana Rios Monteiro Barbosa Souza	Representantes dos Trabalhadores em Atividade FS – Odair Antonio Bortoloso CUT - Ari Aloraldo do Nascimento CTB – Rolando Medeiros
Representantes dos Aposentados e Pensionistas	Representantes dos Empregadores CNI – Marcello Caio Ramon e Barros Ferreira CNF – Ivo Esteves Alonso Mósca CNC – Hélio Queiroz da Silva CNM – Rodrigo Garrido Dias CNA – Jéssica Mercês Ferreira do Nascimento
Equipe Técnica Secretaria-Executiva – Jorge Luiz Viana Secretaria-Executiva – Anderson Fernandes Ferreira da Silva Secretaria-Executiva – Vanessa Ribeiro Almeida Secretaria-Executiva – Pedro Henrique da Silva Lima Secretaria-Executiva – Vanessa Barramacher Tocantins Secretaria-Executiva – Osório Chalegre Cerimonial – Cícero Laureano Cerimonial – Teresinha de Jesus Cerimonial – Marli Borges da Silva RDK – Lucas Rocha RDK – Igor dos Santos RDK - Edmilson dos Reis	

Ouvintes/Convidados	Imprensa
ANEPS – Giovanna Perroni	O Globo - Geralda Roca
ANEPS – Maria Andrade	O Globo – Breno Carvalho
CNM – Antônio Mario Rattes	TV Globo – Luis Rafer
CRA/DF – Luis Cortizo	TV Globo – Thiago Resende
DATAPREV - Ubiramar Mendonça	TV Globo – Deborah Siqueira
MPS – Luiz Gustavo	TV Globo – Claudia Bomtempo
MPS – Ana Carolina Tietz	CNN – Gabriel Farcio
ASCOM - Renata Brumano	CNN – Jeferson Silva Couto
DRGPS/MPS - Eduardo Pereira	CBN - Isa Stacciarini
DEGRAZIA – Maria Clara	Estado – Giordanna Neves
SRGPS–Thalita de Oliveira Fernandes	Metrópoles - Flávia Said
SRGPS – Gabrielle Dourado	Folha - Lucas Marchesini
DRGPS – Emanuel de Araujo Dantas	Band – José Estevan
GM/MPS – Louise Caroline Lima e Silva	Band – Welson Aires
CGGA/SE/MPS – Patrick Barcellos Peixe	Valor Econômico - Jéssica Santanna
OGPS/MPS – Ana Paula Schwelm	Reuters – Victor Borges
Previdência – Aline da Silva	Rede TV - Hilton Rocha
Carlos Vinicius Costa Lopes	TV Record – Renato Pacheco
DRGPS/SRGPS/MPS – Míriam Fernandes	TV Record – Junior Rocha
	CNW – Francenildo Palacio
	Jovem Pan – Luciana Verdolin
	Jovem Pan – Guilherme Castrioto

I – ABERTURA

O **Presidente, Sr. Wolney Queiroz Maciel**, abriu a 313ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Previdência Social - CNPS cumprimentando a todos. Disse estar honrado em presidir o CNPS e discorreu sobre o seu histórico profissional no Ministério da Previdência Social - MPS. Relatou que o Presidente Luís Inácio Lula da Silva solicitou que o MPS fosse até as últimas consequências em busca dos responsáveis por lesar os aposentados e pensionistas, no caso dos descontos associativos não autorizados. Reforçou que o Governo suspendeu da participação na reunião do Conselho as entidades que possuem Acordo de Cooperação Técnica com o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS imediatamente ao saber da operação “Sem Desconto”, conduzida pela Advocacia-Geral da União - AGU e pela Polícia Federal, além de ter paralisado bens e construído um arcabouço jurídico para garantir o ressarcimento dos valores. Registrou que o ex-Ministro da Previdência Social, Carlos Lupi, decidiu abdicar do cargo para facilitar as investigações, mesmo que seu nome não tivesse sido citado no processo. Avaliou o Conselho, especificamente com relação à participação social, e afirmou que seu desejo era fortificar o CNPS. Lembrou que o MPS abdicou de duas cadeiras no CNPS, a da Consultoria Jurídica e a da Secretaria de Regime Próprio e Complementar, ambas de titulares e suplentes, que seriam substituídas pela Casa Civil da Presidência da República, pelo Ministério da Fazenda, pela Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência - Dataprev e pelo Ministério do Planejamento e Orçamento. Falou, também, sobre a iniciativa de afastar, provisoriamente, as entidades que estavam sendo investigadas, sendo que as deliberações do Conselho ficariam suspensas até a substituição das representações e o reestabelecimento da paridade. Comprometeu-se que, tão logo as investigações terminem, as cadeiras serão reestabelecidas. Disse que a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG solicitou a sua saída do CNPS durante as investigações. Contou sobre a reunião com a Ouvidoria do MPS, que passaria a ter maior relevância e prestígio, e discorreu sobre o desejo de recuperar a credibilidade do MPS e do INSS. Ainda, anunciou que o Sr. Adroaldo da Cunha Portal tinha sido empossado como Secretário-Executivo do MPS e deu como empossado o Presidente do INSS, Gilberto Waller Junior, no CNPS. Convidou os presidentes das centrais sindicais para uma reunião, inicialmente, no dia 5 de junho de 2025. Aprovou-se a Ata da 312ª Reunião Ordinária do CNPS por unanimidade dos presentes.

II – ORDEM DO DIA

Ato seguinte, o Sr. Presidente instaurou o ponto de pauta sobre os descontos associativos. Com a palavra, o Sr. **Rodrigo Assumpção**, Presidente da Dataprev, contextualizou as premissas do sistema de devolução dos descontos associativos, como o uso de sistemas existentes e o fácil acesso. Explicou que as solicitações precisariam ser transformadas em processos, sendo que a manifestação final do cidadão seria tida como decisão, prioritariamente, e somou que os ressarcimentos seriam feitos por meio dos processos da folha de pagamento do INSS. Lembrou que os beneficiários poderiam ter descontos em dois benefícios, tendo que abrir um processo para cada, e resumiu o fluxo de envio da solicitação de ressarcimento para a associação e o prazo de 15 dias úteis para comprovação da autorização do desconto. Detalhou as hipóteses da associação não responder ou não ter a documentação comprobatória e o procedimento para pagamento, assim como a hipótese de a associação encaminhar a documentação, quando o beneficiário seria notificado e verificaria a veracidade do documento. Acrescentou que o caminho a ser seguido pelo processo, no caso do não

reconhecimento da documentação pelo beneficiário, ainda estava sendo definido. Relatou, ainda, que o sistema estava estável, mesmo atendendo, também, processos de outras naturezas. Dando continuidade, o Sr. **Gilberto Waller Junior** demonstrou alegria em estreitar no CNPS e elogiou a proposta de ter-se a Ouvidoria como um instrumento de gestão. Sobre os descontos, esclareceu que foi aberta a possibilidade da contestação de todas as associações, fazendo elas parte da investigação ou não, e reiterou que, das 41 existentes, 16 estavam sendo investigadas. Disse que as investigações apontavam para 4,1 milhões de beneficiários atingidos pelo problema, porém 9,2 milhões foram notificados por terem tido descontos. Contextualizou a estratégia de, primeiramente, disponibilizar a solicitação de ressarcimento de forma virtual e por telefone, para, depois, iniciar os atendimentos presenciais, a fim de evitar filas. Contou que a Dataprev enviou 27 milhões de avisos para pessoas que não tiveram descontos, evitando o congestionamento dos canais. Anunciou que, até às 17h do dia anterior, 13,9 milhões de pessoas tinham consultado se tiveram descontos nos canais disponíveis, das quais 6,7 milhões tiveram descontos associativos e 2,2 milhões sinalizaram positivamente ou negativamente sobre a autorização do desconto, 97,7% negativamente. Detalhou que 90% dos atendimentos foram pelo portal Meu INSS e ,10%, pela Central de Atendimento 135, cuja média de tempo de atendimento estava em sete minutos. Esclareceu que a Central localizada na Bahia ficou dedicada, exclusivamente, para atender a essa demanda. Disse, também, que todas as 41 entidades tinham sido contestadas, que as entidades já tinham encaminhado 68 mil respostas com documentações comprobatórias, das quais 43 mil já tinham recebido os valores por outra forma que não o aplicativo Meu INSS. Somou que o erro no desconto tinha sido reconhecido em somente quatro casos pelas entidades. Falou sobre a parceria com os Correios, com destaque para os serviços já prestados e para a abrangência de cidades com agências, acrescentando que o atendimento teria início no dia 30 de maio e que os agentes teriam acesso limitado aos dados dos beneficiários. Relatou que, pela Central 135, os beneficiários poderiam contestar os descontos, mas não confirmar os vínculos, a fim de garantir a segurança do processo. Falou que o cronograma de pagamentos seria acordado com o Ministério Público e a Defensoria Pública da União - DPU e acrescentou que um próximo ciclo envolveria as comunidades mais afastadas. Iniciando as manifestações, o Sr. **Rolando Medeiros** perguntou como seria feito o pagamento e em nome de quem seriam emitidas as Guias de Recolhimento da União - GRU, ao que o Sr. **Gilberto Waller Junior** respondeu que as GRUs teriam um código próprio de identificação do beneficiário e os pagamentos seriam feitos ao INSS, que repassaria os valores ao beneficiário. Continuamente, o Sr. **Rolando Medeiros** indagou se a Central 135 tinha um ramal específico para tratar dos descontos associativos, ao que o Sr. **Gilberto Waller Junior** disse que sim. Ainda, o Sr. **Rolando Medeiros** relatou a dificuldade de acesso à Ouvidoria do INSS através da Central 135 e pediu que o acesso fosse unificado. Discorreu sobre a dimensão do INSS e cobrou um atendimento digno e de qualidade para os beneficiários, além de falar sobre a falta de funcionários e de investimento do Governo Federal na Pasta. Lamentou as circunstâncias da divulgação da nota das centrais sindicais com relação ao CNPS e defendeu as suspensões feitas no Conselho. Em resposta, o Sr. **Presidente** afirmou que a Ouvidoria estava ativa e garantiu que o Governo estava disposto a colaborar com a restauração da Previdência Social, mas concordou que a Pasta tinha deficiências estruturais, tecnológicas e de pessoal. Disse acreditar que a nota citada tinha sido fruto da falta de comunicação, mas que não se sentiu atingido. O Sr. **Gilberto Waller Junior** falou sobre o processo de automação dos atendimentos do INSS, que levou ao fechamento de Agências, o que estava sendo revertido. Discorreu sobre as

71 mudanças na estrutura tecnológica do INSS, a parceria com a Dataprev e a necessidade de melhoria da experiência do
72 beneficiário na previdência. Isso posto, o Sr. **Rodrigo Assumpção** lembrou que o Governo anterior pretendia privatizar a
73 Dataprev, o que causou temor no INSS, e o Sr. **Gilberto Waller Junior** tratou da redução da burocracia. Ainda, o Sr. **Rolando**
74 **Medeiros** demonstrou contentamento com a solicitação do INSS para abertura de mais 7 mil vagas para Concurso Público
75 de técnicos e analistas em 2026 e pediu a ajuda do Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos - MGI. Solicitou
76 também a extinção do Programa de Gestão e Desempenho PGD compulsório, ao que o Sr. **Gilberto Waller Junior** disse ter
77 assinado a mudança da Instrução Normativa, tornando o PGD facultativo, além de esclarecer que a questão do retorno ao
78 trabalho presencial seria progressiva e dependeria das condições das Agências. Após, o Sr. **Odair Antonio Bortoloso**
79 questionou qual era o valor total de descontos associativos indevidos e o Sr. **Gilberto Waller Junior** reafirmou que o
80 levantamento estava sendo feito, mas que o processo ainda estava em seu primeiro ciclo. Estimou que, caso fossem 4,1
81 milhões de pessoas com descontos indevidos por cinco anos, o total chegaria à R\$ 5,7 bilhões, sem a correção do Índice
82 Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, porém julgou os valores exagerados. Em complementação, o Sr. **Rodrigo**
83 **Assumpção** reiterou que o INSS tinha os dados totais dos descontos, porém não especificamente dos prejudicados, que
84 dependiam de processos. Já o Sr. **Gilberto Waller Junior** demonstrou otimismo e opinou que, até 31 de dezembro, todos
85 os beneficiários lesados teriam sido ressarcidos. Ainda, o Sr. **Rolando Medeiros** perguntou se o ressarcimento seria
86 garantido pela União, ao que foi respondido que o ressarcimento estava garantido, porém ainda não tinha sido debatida
87 a origem dos fundos. O Sr. **Gilberto Waller Junior** acrescentou que a Polícia Federal já tinha bloqueado mais de R\$ 1 bilhão
88 das associações investigadas para fins de reparação de danos e a AGU tinha entrado com ações cautelares sobre mais R\$
89 2,5 bilhões, mas os beneficiários não esperariam decisões judiciais e liquidação de bens. Explicou que o adiantamento dos
90 valores seria analisado quando houvesse uma previsão do montante e que o Tesouro seria ressarcido. Em seguida, o Sr.
91 **Ari Aloraldo do Nascimento** externou sua opinião com relação aos processos e procedimentos e demonstrou desconforto
92 com a mudança na composição do CNPS pela falta de transparência, discordando da decisão e justificando a nota das
93 centrais sindicais. Relatou o processo de constrangimento da parte da bancada dos trabalhadores, do movimento sindical
94 e das entidades representativas e questionou qual seria o papel do CNPS doravante. Discorreu sobre sua experiência como
95 Conselheiro do CNPS e sobre a necessidade de melhoria do atendimento nas Agências do INSS, tendo em vista a dificuldade
96 das pessoas com as tecnologias. Citou a Ouvidoria, pediu que os papéis do Conselho fossem melhor definidos,
97 principalmente por tratar-se de um espaço representativo, e insistiu que os trabalhos da Previdência Social não poderiam
98 ser focados apenas na crise. O Sr. **Presidente** concordou com a fala anterior e enfatizou a necessidade de separação entre
99 as entidades fraudulentas e lícitas, além de garantir que a Ouvidoria do MPS seria modelo. Adiante, o Sr. **Hélio Queiroz da**
100 **Silva** elogiou os esforços para interromper rapidamente os descontos indevidos, destacando o papel do CNPS e do ex-
101 Ministro Carlos Lupi. Reforçou sua denúncia acerca dos descontos indevidos do PicPay e da paralisação do Vale Mais e
102 manifestou preocupação com a folha de pagamento na Crefisa, vencedora do leilão da Folha de Pagamento dos benefícios,
103 que estava descumprindo as regras básicas do Edital, segundo denúncia da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB, como
104 a venda casada, a falta de estrutura de atendimento e a imposição da abertura de contas. Mencionou também a premissa
105 de que o empréstimo consignado somente poderia ser aprovado mediante biometria e demonstrou preocupação com a

extinção do modelo. Descreveu as dificuldades impostas pela biometria e solicitou que o INSS buscasse soluções. Propôs que o INSS realizasse uma inspeção detalhada na execução do contrato de pagamento da folha com a Crefisa. O Sr. **Presidente** informou que a solicitação já tinha sido feita ao INSS, mediante a notícia da denúncia da OAB. Então, o Sr. **Hélio Queiroz da Silva** entregou um relatório técnico da situação ao Presidente. Sobre a biometria no consignado, o Sr. **Presidente** fez um paralelo entre as dificuldades da ferramenta e a necessidade de segurança na contratação, posicionando-se favorável aos mecanismos inibidores de fraudes. A seguir, o Sr. **Gilberto Waller Junior** acrescentou que o INSS abriu um processo de fiscalização contra a Crefisa imediatamente após a recepção das denúncias e relatou que a questão da ausência de caixas eletrônicos já tinha sido verificada pelo INSS e a Crefisa tinha até o dia 30 de junho para regularizar a situação. Citou algumas inspeções realizadas e garantiu que o INSS estava atento com a questão. Contextualizou, também, a inclusão da biometria para consignados. Por fim, o Sr. **Ivo Esteves Alonso Mósca** concordou com a necessidade de segurança na contratação do empréstimo consignado, mas pediu o avanço operacional do processo através de ferramentas seguras e fáceis de usar. Ato seguinte, o Sr. **Presidente** apresentou a Ouvidora do MPS, Sra. Ana Paula Schwelm, e instalou o ponto de pauta sobre o crédito consignado. Em posse da palavra, o Sr. **Gilberto Waller Junior** falou sobre o cuidado que estava sendo tomado com relação aos descontos feitos nas folhas de pagamento do INSS. Contextualizou os processos em torno dos consignados e explicou que aqueles contratados a partir de 2023 precisariam da biometria para destravar a margem consignável. Entretanto, relatou que, no dia 8 de maio, tinha sido lançada uma Instrução Normativa que obrigava o uso da biometria para desbloqueio de benefícios de qualquer data, tendo em vista que 97% das reclamações feitas na Central 135 eram referentes a empréstimos feitos antes de 2023. Acrescentou que, uma vez desbloqueada a margem consignável, a informação ficava disponível para as instituições financeiras, o que tinha sido revertido através da exigência de desbloqueio para cada operação financeira. Falou que tinha sido identificado, no INSS, um grupo de 170 servidores com o poder de desbloquear as margens sem a biometria, o que se tornou obsoleto pelo desbloqueio facial. Destacou a importância do empréstimo consignado seguro. Na sequência, o Sr. **Rodrigo Assumpção** elogiou a evolução sistêmica e conceitual do empréstimo consignado e discorreu sobre a segurança dos procedimentos, afirmando que o Brasil carecia de uma base biométrica completa e atualizada e que os sistemas seriam aperfeiçoados. Citou também a questão da venda e do vazamento de dados, assim como seus efeitos para os beneficiários do INSS. Resumiu que a biometria era um passo importante, porém não o último com relação à segurança. Isto posto, o Sr. **Ari Alorald do Nascimento** pediu que o tema do empréstimo consignado fosse retomado em uma reunião futura, abordando-se tanto os aspectos técnicos como a função social, concordou com o cercamento das fraudes e insistiu na necessidade de atendimento presencial para orientar os beneficiários sobre como acessar os serviços *online*. Diante do avanço do horário e pelo fato de ainda restarem dois itens na pauta, o Sr. **Presidente** propôs uma reunião extraordinária do CNPS para a semana de 9 a 13 de junho, o que foi aceito.

III – ENCERRAMENTO

Finalizadas as discussões e não havendo mais nada a tratar, o Sr. **Presidente** agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a 313ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Previdência Social. E, para que tudo fique devidamente

141 documentado, eu, Jorge Luiz Reis Viana, Chefe de Projeto, lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme, será
142 aprovada pelo Colegiado. Brasília, 27 de maio de 2025.